



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola em Portugal

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

08 de Maio 2025

Elaborado por: Serviço de Imprensa

Av.^a da República nº68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

QUINTA FEIRA, 08 DE MAIO DE 2025

Presidente da Namíbia aguardada hoje em Luanda para visita de dois dias.

A Presidente da República da Namíbia, Netumbo Nandi-Ndaitwah, chega hoje a Luanda para uma visita de Estado de dois dias a Angola, no âmbito do incremento das relações bilaterais.

Trata-se da primeira visita de Estado de Nandi-Ndaitwah A Angola, depois de ter sido investida, este ano, como a primeira mulher a assumir a presidência daquele país irmão.

A Presidente namibiana visita o país a convite do Chefe de Estado, João Lourenço, com quem deverá reunir para abordar ao mais alto nível o estado da cooperação entre as partes.

De recordar que o Presidente da República e da União Africana testemunhou em Março, em Windhoek, a cerimónia de investidura da homóloga namibiana.

De 72 anos, Netumbo Nandi-Ndaitwah é a primeira mulher à frente dos destinos da Namíbia e a quinta a ocupar o cargo de Presidente do país.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, estão previstos encontros ao mais alto nível e outros programas paralelos, com vista ao reforço das relações de cooperação político-diplomáticas e de irmandade entre os dois países.

As relações entre Angola e a Namíbia, na condição de Estados independentes, foram estabelecidas a 18 de Setembro de 1990.

Angola foi o primeiro país a reconhecer a Independência da Namíbia e a formalizar relações diplomáticas.

Antes mesmo da Independência da Namíbia, Angola apoiou activamente a Luta de Libertação conduzida pela SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano), reconhecida pelas Nações Unidas em 1971 como o legítimo representante do povo namibiano.

Desde então, Angola e a Namíbia têm aprofundado a cooperação em diferentes domínios, nomeadamente nos sectores da Defesa e Segurança, Comércio e Indústria, Mobilidade e Fronteiras, Justiça, Infra-estruturas e Transportes e Fronteiras Marítimas.

Além dos acordos bilaterais, os dois países têm promovido intercâmbios culturais e educacionais, como o acordo de geminação entre a província do Cunene (Angola) e a região de Khomas (Namíbia), com vista ao reforço da cooperação nos domínios da Educação, Saúde, Economia e Cultura.

Embaixador Pedro Mutindi acreditado nas terras de Nujoma.

O embaixador de Angola na Namíbia, Pedro Mutindi, entregou, ontem, à Presidente Netumbo Nandi-Ndaitwah, as cartas que o acreditam como embaixador de Angola nas terras de Sam Nujoma.

Pedro Mutindi, nomeado em Março último, pelo Presidente da República, João Lourenço, é o quinto embaixador à frente da missão diplomática de Angola na Namíbia.

Na cerimónia de acreditação, a Presidente namibiana enfatizou a importância da relação bilateral entre os dois

países e destacou a necessidade do reforço da cooperação bilateral.

O diplomata, que já desempenhou o cargo de governador do Cunene e de ministro do Turismo, é agora o representante de Angola na Namíbia, país que acolhe uma comunidade de aproximadamente cem mil angolanos.

Mutindi que substitui no cargo a embaixadora Jovelina Imperial, disse ser sua pretensão dar continuidade ao trabalho já feito pelos seus antecessores, sendo necessário passar, cada vez mais, aos jovens o espírito de paz entre os Estados africanos, olhando para o bem-comum.

Angola e Namíbia têm relações de cooperação nos sectores da Saúde, Educação, Comércio, Energia e Águas, dentre outras áreas socioeconómicas. (JA)++++

Chefe de Estado promove e nomeia oficiais gerais e almirantes.

O Presidente da República, João Lourenço, assinou, esta quarta-feira, vários decretos que promovem oficiais gerais e superiores a novos postos da hierarquia militar, nomeia oficiais gerais e almirantes a novos cargos e exonera vários oficiais gerais e almirantes.

Do conjunto de diplomas constam também ordens a licenciar do Serviço Militar Activo à reforma por limite de idade vários oficiais gerais e almirantes.

Na Polícia Nacional, o Presidente da República nomeou também oficiais comissários para diferentes cargos, exonerou oficiais comissários e promoveu oficiais comissários e superiores a vários postos da corporação.

Das decisões tomadas pelo Presidente da República, referência à promoção do oficial Comissário ORLANDO PAULO

JORGE BERNARDO ao Posto Policial de Comissário-Chefe, nomeado entretanto, por decreto, para exercer o cargo de 2º Comandante Geral da Polícia Nacional de Angola.

Outra decisão do Presidente da República é a exoneração do Comissário Bombeiro Principal MANUEL MATANDA LUTANGO do cargo de Comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros do Ministério do Interior. Em sua substituição, foi nomeado Comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros o Comissário Bombeiro BRAVO PEREIRA MENDES.

O pacote completo de diplomas assinados hoje pelo Presidente da República relacionados com as Forças Armadas Angolanas e a Polícia Nacional será publicado proximamente em diferentes plataformas da Comunicação Social, com destaque para um Caderno Especial do Jornal de Angola. *(JA)*****

Ministro das Relações Exteriores confere posse aos novos quadros.

O ministro das Relações Exteriores, Tété António, conferiu posse, quarta-feira, posse, em Luanda, aos novos quadros de direcção, incluindo cónsules-gerais de Angola acreditados no exterior.

Trata-se de Bento André designado para exercer as funções de director do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, Cláudio Pataca, para o cargo de director do Protocolo Geral do Estado, Januário da Silva Macamba, indicado para liderar a direcção dos Assuntos Jurídicos, Tratados e Contenciosos e Flávia Lutucuta, que assume o cargo de secretária Nacional da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Em nota, o MIREX revela ainda que, o chefe da diplomacia angolana conferiu, igualmente, posse à Isabel de Castro, para exercer o cargo de cônsul-geral de Angola no Dubai, Emirados Árabes Unidos, Nazaré Salvador designado cônsul-geral em Johannesburg, África do Sul, e João Jaime, para o cargo de cônsul-geral em Montevideu, Uruguai.

Por outro lado, avança o comunicado, tomou posse Madalena Vusawekumbi indicada para o cargo de chefe de Departamento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), afecto à Direcção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores.

Ao dirigir-se para os empossados, Tété António pediu empenho, zelo e espírito de missão, reiterando que o propósito maior consiste no engrandecimento da diplomacia, do Ministério e na nobre tarefa de promoção dos interesses da Pátria no cenário internacional. *(JA)*****

Juízes garantem celeridade da Justiça na província do Zaire.

O novo juiz permanente do Tribunal da Comarca de Mbanza Kongo, província do Zaire, indicado pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial, mostrou-se, quarta-feira, pronto a contribuir para o desenvolvimento da Justiça na região, dentro dos limites da transparência, da Constituição e da Lei.

Gabriel Bunga, que faz parte de um grupo de cinco novos juízes apresentados, terça-feira, em Mbanza Kongo, entre os quais quatro itinerantes, sublinhou que a tomada de decisões judiciais tramita nos caminhos da transparência, convicção e consciência do juiz de causa.

Quanto ao tráfico de produtos petrolíferos, Gabriel Bunga considera insuficientes as medidas administrativas que são tomadas, pelo que há necessidade urgente de levar as pessoas implicadas às barras do tribunal, a fim de que respondam em juízo pelos crimes que cometem.

O juiz de direito, que se junta aos demais três permanentes que asseguram o funcionamento do Tribunal da Comarca de Mbanza Kongo, disse à margem da cerimónia de apresentação que “essa é a missão que levou estes magistrados judiciais a esta província, que é responder com maior celeridade aos processos ligados ao contrabando de combustível no Tribunal da Comarca de Mbanza Kongo”.

Novos juízes aceleram os julgamentos

O juiz presidente do Tribunal da Comarca de Mbanza Kongo, província do Zaire, Felisberto Capun-ge, considerou a chegada dos cinco novos juízes itinerantes, entre os quais um permanente, como satisfatório, na medida em que vão ajudar na celeridade de julgamentos de processos extraordinários.

Para o magistrado, a chegada de novos juízes vai concorrer para a redução do volume processual, uma vez que dos 111 processos extraordinários (contrabando de combustível), oito foram já decididos.

Para o magistrado, a chegada de novos juízes vai concorrer para a redução do volume processual, uma vez que dos 111 processos extraordinários (contrabando de combustível), oito foram já decididos.

A par dos casos de contrabando de produtos petrolíferos, frisou, o Tribunal da Comarca de Mbanza Kongo também está engajado a dar resposta aos diversos crimes que ocorrem na região, nomeadamente os abusos sexuais, crimes ligados à imigração ilegal, homicídios e outros, cujas

estatísticas não têm sido divulgadas, o que se pode desconfiar que não têm merecido o atendimento prévio. (JA)++++

Parlamento garante mais acções formativas para os funcionários.

A presidente do Conselho de Administração da Assembleia Nacional (AN), Suzana Augusta de Melo, garantiu, terça-feira, na província de Cabinda, mais acções formativas para os funcionários administrativos e técnicos dos Gabinetes de Apoio aos Círculos Eleitorais Provinciais em todo o país.

Em declarações à imprensa, no final de um encontro com os funcionários do Gabinete Local de Apoio ao Círculo Eleitoral, a responsável disse que a manutenção dos meios técnicos e informáticos, e não só, bem como a formação dos quadros e o preenchimento de vagas nas províncias constam das prioridades do Conselho de Administração da Assembleia Nacional.

“O périplo que estamos a fazer pelas diversas regiões do país visa, necessariamente, identificar as preocupações e levá-las às autoridades competentes para a sua resolução”, referiu.

Pretende-se, com essas visitas, acabar com o sentimento de “desigualdade no tratamento” que paira no seio dos funcionários dos Gabinetes Eleitorais Provinciais, lembrando que não são estruturas independentes ou autónomas da Assembleia Nacional.

Em Cabinda, a presidente do Conselho de Administração da Assembleia Nacional manteve, também, um encontro de cortesia com a governadora Suzana de Abreu, com quem

abordou aspectos relacionados com a vida social e económica da região.

A comitiva parlamentar trabalha, quarta e quinta-feira, na vizinha província do Zaire, com o mesmo propósito.

(JA)++++

Deputados aprovam parecer da Conta Geral do Estado 2023.

A Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Ambiente da Assembleia Nacional (10.ª CTE) aprovou, quarta-feira, em Luanda, o parecer da Conta Geral do Estado (CGE) referente ao Exercício Fiscal de 2023.

Em nota a que o Jornal de Angola teve acesso, durante a 3.ª Reunião Ordinária da 3.ª Sessão Legislativa da V Legislatura, orientada pelo presidente da comissão, deputado Vigílio Tyova, a sessão aprovou igualmente a acta da 2.ª Reunião Ordinária, realizada no passado dia 25 de Fevereiro.

Segundo o documento, a análise da CGE focou-se nas áreas de especialidade da comissão, com destaque para os Direitos Humanos, civis, políticos, económicos, sociais e culturais.

O relatório apreciado reconhece os esforços do Executivo no cumprimento dos Direitos Humanos, apontando, contudo, constrangimentos de diversa ordem que ainda persistem.

Ainda segundo a nota, entre os aspectos destacados, o documento sublinha a relevância dos dados estatísticos sobre a merenda escolar, bem como informações relacionadas com os serviços e estabelecimentos prisionais, reflectindo a execução do Orçamento Geral do Estado de 2023.

Na ocasião, os parlamentares recomendaram que, nos próximos exercícios fiscais, o Executivo apresente justificativas fundamentadas para a não execução de determinadas despesas previstas no OGE.

A comissão sugeriu, igualmente, a inclusão de dados estatísticos mais detalhados sobre os beneficiários do acesso à educação, com ênfase para a participação e sucesso escolar de alunos com deficiência, incluindo surdos, cego-surdos e estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), visando a melhoria do atendimento educacional especializado.

Durante a reunião, o presidente da 10.^a comissão informou, ainda, sobre os preparativos para a realização da Conferência sobre Ambiente, agendada para este mês de Maio, no Palácio da Assembleia Nacional. (JA)++++

Novo embaixador da Argélia em Angola entrega cartas figuradas.

O novo embaixador da Argélia em Angola, Mounir Bourouba, entregou, esta quarta-feira, as cartas figuradas à secretária de Estado para as Relações Exteriores, Esmeralda Mendonça.

A entrega do referido documento é o primeiro passo para o diplomata ser acreditado como o embaixador Extraordinário e Plenipotenciário designado para Angola, após a entrega das Cartas Credenciais ao Presidente da República, João Lourenço.

Na ocasião, as duas entidades debruçaram-se sobre o aprofundamento das relações bilaterais entre Angola e a Argélia nos mais variados domínios da vida político-diplomática e económica, com foco para as trocas de visitas ao mais alto nível, segundo uma nota, enviada ao JA Online.

A preparação da próxima Sessão da Comissão Mista Bilateral entre os dois países também esteve em análise durante o encontro entre a secretária de Estado e o diplomata argelino.

Os dois interlocutores trocaram, ainda, impressões sobre a necessidade de intensificar o apoio recíproco às candidaturas dos dois países em organizações regionais e internacionais.

Outro ponto que mereceu atenção, foi o reforço da cooperação no domínio da formação e capacitação de quadros, nomeadamente através das bolsas de estudo concedidas pelo Governo argelino a cidadãos angolanos, com realce para as áreas da defesa e segurança.

Os dois interlocutores trocaram, ainda, impressões sobre a necessidade de intensificar o apoio recíproco às candidaturas dos dois países em organizações regionais e internacionais.

Outro ponto que mereceu atenção, foi o reforço da cooperação no domínio da formação e capacitação de quadros, nomeadamente através das bolsas de estudo concedidas pelo Governo argelino a cidadãos angolanos, com realce para as áreas da defesa e segurança.

Os dois diplomatas abordaram, ainda, os resultados da recente Reunião de Consultas Políticas entre Angola e a Argélia, ao nível de secretários de Estado, realizada em Luanda, no passado dia 10 de Abril, na sequência da visita de trabalho da secretária de Estado para os Assuntos Africanos do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Argélia, Selma Mansouri.

Por fim, Mounir Bourouba felicitou João Lourenço pelo seu desempenho na liderança da União Africana.

As relações entre Angola e a Argélia têm raízes históricas profundas, estabelecendo-se formalmente em 1976, logo após a independência de Angola em 1975.

Contudo, os laços entre os dois países remontam desde o período da luta de libertação angolana, quando a Argélia prestou apoio diplomático, material e militar ao nosso país.

(JA)++++

Primeiros processos-crime por mineração de criptomoedas começam a ser julgados nos próximos dias.

O Tribunal da Comarca de Luanda prepara-se para julgar, nos próximos dias, os primeiros processos-crime relacionados com o uso de criptomoedas em Angola.

A informação foi avançada, ontem, pelo juiz presidente da Comarca de Luanda, João Bessa, à margem do ciclo de formação sobre mineração de criptomoedas, promovido pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ).

Segundo o magistrado, trata-se de um tipo ilegal relativamente novo para a realidade jurídica nacional, o que exige maior preparação técnica por parte dos operadores da Justiça.

“A criptomoeda é um tipo de crime novo no nosso sistema e bastante complexo, sobretudo na fase de instrução processual. Daí a pertinência desta formação, que visa dotar os juízes de ferramentas para lidar com este fenómeno”, explicou.

De acordo com João Bessa, cinco processos já estão concluídos e prontos para julgamento. “Temos cinco casos de crimes com criptomoedas. Um deles foi remetido à instrução contraditória, conforme previsto na lei, e os outros quatro vão entrar nos próximos dias na fase judicial”, anunciou.

Os processos envolvem mais de dez arguidos em cada caso e apresentam um grau elevado de complexidade devido à natureza digital dos meios usados, como computadores, plataformas online e equipamentos electrónicos.

Ministério Público reforça importância da especialização

Por sua vez, o procurador adjunto da República Gilberto Mizalaque considerou a criminalidade ligada ao uso de criptomoedas um desafio crescente para o sistema judicial, e não só, bem como destacou a importância da formação contínua para os magistrados do Ministério Público.

“Hoje, o Ministério Público enfrenta realidades muito diferentes daquelas que tínhamos há alguns anos. Os crimes económicos tornaram-se cada vez mais complexos, com recurso a meios digitais e transacções difíceis de rastrear”, afirmou.

O procurador reforçou que a luta contra os crimes com criptomoedas exige cooperação interinstitucional e actualização constante dos mecanismos de investigação.

“A integração de conhecimentos tecnológicos no trabalho do Ministério Público é hoje indispensável. Precisamos de estar capacitados para acompanhar a velocidade com que esses crimes evoluem, de modo a garantir a legalidade e a defesa do interesse público”, sublinhou.

O certame, que termina hoje, decorre nas instalações do Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ), na Urbanização Nova Vida.

A formação é dirigida a juízes e procuradores e visa dotá-los de conhecimentos e ferramentas adequadas para a actuação eficaz nesta matéria emergente no país.

O ciclo de formação tem como ponto de partida a Província Judicial de Luanda, capital da Região Judicial nº1, que

compreende, igualmente, as províncias judiciais do Cuanza-Norte e Bengo, mas deve estender-se de forma gradual às cinco regiões judiciais do país.

A sessão de abertura foi presidida pelo vogal juiz presidente em exercício do CSMJ, Fernando Gomes. (JA)++++

Refugiados são prioridade da presidência angolana.

A questão dos refugiados e apátridas figura entre as prioridades da agenda da presidência angolana na União Africana (UA), tendo Angola um papel activo na defesa dos Direitos Humanos e na promoção de soluções duradouras para as populações vulneráveis, afirmou quarta-feira, em Luanda, a secretária de Estado para as Relações Exteriores, Esmeralda Mendonça.

Governante fez o pronunciamento, ontem, no encontro com a representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em Angola, Emanuelle Mitte.

Esmeralda Mendonça disse que Angola, um dos poucos países africanos que ratificaram ambas as Convenções das Nações Unidas relativas aos apátridas, continuará a posicionar-se como “um verdadeiro campeão desta causa no continente”.

A representante do ACNUR em Angola manifestou a disponibilidade em continuar a prestar assistência técnica e institucional às autoridades angolanas, com destaque para o acompanhamento de mecanismos de monitoramento, capacitação de quadros nacionais e garantia de acesso seguro e contínuo aos serviços essenciais por parte dos refugiados e solicitantes de asilo.

Segundo o MIREX, o encontro serviu para as entidades abordarem o reforço da cooperação entre o Governo e o

ACNUR, com foco nas questões relacionadas com os refugiados e apátridas, bem como na consolidação dos mecanismos de assistência humanitária e protecção aos beneficiários desta agência das Nações Unidas.

As relações entre Angola e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) têm-se fortalecido nos últimos anos, o que evidencia o compromisso do país com a protecção e integração de refugiados e apátridas. Angola abriga actualmente cerca de 57 mil refugiados e requerentes de asilo.

A população é em grande parte composta por refugiados e requerentes de asilo da República Democrática do Congo, dos quais 17 por cento vieram durante o influxo em massa de 2017 do Grande Kasai.

Outras nacionalidades que também compõem a população de interesse para o ACNUR em todo o território angolano são guineenses, ivoirienses, mauritanos, somalis, sudaneses e eritreus, totalizando cerca de 50 mil pessoas, que vivem principalmente em áreas urbanas.

O ACNUR em Angola trabalha em plena parceria com o Governo, fornecendo apoio para seguir e desenvolver políticas e legislações consistentes com os compromissos globais relacionados a refugiados, requerentes de asilo e apátridas.

As actividades em Angola incluem apoiar o Executivo na garantia de que as pessoas que necessitam de protecção internacional tenham acesso irrestrito ao território e asilo, registo, documentação e determinação do estatuto de refugiado.

O ACNUR, também, fornece assistência humanitária a populações deslocadas e comunidades anfitriãs para atender

às suas necessidades básicas e ter acesso total a serviços essenciais e oportunidades de subsistência.

Desde Abril de 2023, Angola integra o Comité Executivo do ACNUR, no qual desempenha um papel activo nas decisões estratégicas da agência.

Durante a 75.^a sessão do Comité Executivo, realizada em Outubro de 2024, Angola reafirmou o empenho em que contribuir com 100 mil dólares para projectos de apoio a refugiados e apátridas em todo o mundo. (JA)++++

Sector da Distribuição Moderna contribui para segurança alimentar.

A secretária de Estado para o Comércio e Serviços afirmou, quarta-feira, que o sector da Distribuição Moderna corresponde com eficiência às metas traçadas pelo Executivo no domínio do abastecimento, o que tem contribuído para a segurança alimentar, a estabilização de preços, geração de empregos e valorização da produção nacional.

Augusta Fortes, que discursou na sessão de encerramento da III edição da Media Partner com o tema “A Grande Distribuição”, promovida pela ARC em parceria com a Associação Empresarial de Comércio e Distribuição Moderna de Angola (ECODIMA), referiu que os operadores deste segmento, enquanto parceiros do Estado na execução das políticas públicas, desempenham um papel determinante no processo de transformação estrutural do sistema logístico e comercial de Angola.

Segundo a governante, devido ao excelente papel que os operadores da distribuição moderna desempenham no país, o Ministério da Indústria e Comércio reafirma o compromisso

de continuar a prestar todo o apoio institucional necessário para uma cadeia de distribuição moderna, eficiente, inclusiva e resiliente.

Com base no Decreto Presidencial n.º 19/21, de 20 de Janeiro, que aprova o Plano de Apoio aos Agentes Comerciais Agregadores para o reforço da logística de escoamento da produção nacional, o Executivo já concretizou a entrega de 500 viaturas de apoio ao escoamento de produtos para os centros de consumo.

“Este processo traduz-se num resultado mensurável e representa um dos marcos da actual governação económica orientada para o estímulo da produção nacional e a redução da dependência das importações”, afirmou. *(JA)++++*

Mirex: Empossados novos quadros de direcção e cônsules-gerais.

O ministro das Relações Exteriores, Tété António, conferiu, quarta-feira, posse aos novos quadros de direcção deste departamento ministerial e cônsules-gerais acreditados no exterior.

Trata-se do embaixador Bento Salazar André, designado para exercer as funções de director do gabinete do ministro das Relações Exteriores, do conselheiro Cláudio Jorge de Jesus Pataca para o cargo de director do Protocolo Geral do Estado no Ministério das Relações Exteriores, do conselheiro Januário da Silva Macamba, indicado para liderar a Direcção dos Assuntos Jurídicos, Tratados e Contenciosos, e da ministra-conselheira Flávia Chinossanda Isaac Lutucuta, que assume o cargo de secretária nacional da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Ao dirigir-se aos empossados, o chefe da diplomacia angolana pediu empenho, zelo e espírito de missão, reiterando que o propósito maior consiste no engrandecimento da diplomacia, do Ministério e na nobre tarefa de promoção dos interesses do país no cenário internacional.

Foram, igualmente, empossados a embaixadora Isabel Paula de Castro para exercer o cargo de cônsul-geral de Angola no Dubai, Emirados Árabes Unidos, o embaixador Nazaré José Salvador, designado cônsul-geral de Angola em Johannesburgo, África do Sul, e João Fernando Jaime para o cargo de cônsul-geral no Posto Consular de Angola em Montevideú, República Oriental do Uruguai.

Tomou ainda posse a conselheira Madalena Francisco Filipe Vusawekumbi, indicada para o cargo de chefe de Departamento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), afecto à Direcção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores.

Testemunharam a cerimónia a secretária de Estado para as Relações Exteriores, Esmeralda Mendonça, João Baptista da Costa, secretário-geral do MIREX, o embaixador Joaquim Augusto Belo Mangureira, inspector diplomático e consular do MIREX, além dos distintos directores dos órgãos internos deste departamento ministerial. *(JA)++++*

Orlando Bernardo é o novo 2.º comandante-geral da Polícia.

O Chefe de Estado, João Lourenço, nomeou, quarta-feira, o comissário-chefe Orlando Paulo Bernardo para o cargo de 2.º comandante -geral da Polícia Nacional.

As decisões tomadas pelo Titular do Poder Executivo referem que antes da nomeação a 2.º comandante-geral da

Polícia, Orlando Paulo Bernardo foi promovido ao posto de comissário-chefe.

Na Polícia Nacional, o Presidente da República nomeou, também, oficiais comissários para diferentes cargos, exonerou oficiais comissários e promoveu oficiais comissários e superiores a vários postos da corporação.

Os vários Decretos, apoiados na Constituição da República, na Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, foram assinados depois de ouvido o Conselho de Segurança Nacional, onde constam promoções de oficiais generais e superiores a novos postos da hierarquia militar, assim como nomeações de almirantes a novos cargos e exonerações de vários oficiais generais e almirantes.

Do conjunto de diplomas constam, também, ordens a licenciar do Serviço Militar Activo à reforma, por limite de idade, a vários oficiais generais e almirantes.

Outra decisão do Presidente da República é a exoneração do comissário bombeiro principal Manuel Matanda Lungo do cargo de comandante do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros do Ministério do Interior.

Em sua substituição foi nomeado o comissário bombeiro Bravo Pereira Mendes.

Os leitores podem consultar hoje o pacote completo de diplomas assinados pelo Presidente da República relacionados com as Forças Armadas Angolanas em Caderno Especial e amanhã sai o da Polícia Nacional. *(JA)++++*

Huawei quer tornar Angola principal centro tecnológico da África Austral.

A multinacional chinesa de telecomunicações Huawei pretende tornar Angola no principal centro

tecnológico da África Austral, com vista a atrair investimentos e transferência de conhecimentos e criar parcerias com instituições de Ensino Superior e de investigação científica do país.

A intenção foi manifestada, ontem, em Luanda, pelo representante da Huawei nos países lusófonos da África Austral, António Hou, depois de um encontro com o ministro das Relações Exteriores, Tété António.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o encontro serviu para o representante da Huawei na África Austral apresentar ao embaixador Tété António os avanços do plano de investimento da empresa no domínio da pesquisa e desenvolvimento, com foco na criação de um ecossistema tecnológico de referência que posicionará Angola como centro regional de inovação digital.

Por sua vez, Tété António, valorizou a aposta da Huawei em contribuir para a modernização tecnológica do país, tendo sublinhado que a iniciativa se enquadra nos esforços do Executivo em promover uma diplomacia económica virada para a diversificação das fontes de receitas e o aproveitamento do potencial juvenil e académico do país.

A Huawei Angola estabeleceu projectos estruturantes de pesquisa e desenvolvimento nas províncias do Cuanza-Norte, Icolo e Bengo, Moxico-Leste e Bié.

Os pólos estratégicos visam consolidar uma rede de inovação assente na capacitação técnica de jovens quadros angolanos, no desenvolvimento de infra-estruturas digitais e na expansão da cobertura tecnológica em zonas remotas, com impacto directo na inclusão digital e no reforço da economia digital nacional. *(JA)++++*

Adão de Almeida: Projecto “Simplifica Turismo” já está concluído.

O Projecto “Simplifica Turismo” para tornar o sector mais eficaz já está concluído e será aprovado, em breve.

A informação foi avançada, esta quarta-feira, em Luanda, pelo ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, durante o Fórum sobre a Grande Distribuição.

Adão de Almeida explicou que o projecto dispõe de um conjunto de medidas para atender vários temas do sector do Turismo, desde hotéis, rant car, entre outros estabelecimentos para acabar com as "barreiras". (JA)++++

Adão de Almeida anuncia medidas para concessão de direitos fundiários.

O ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Adão de Almeida, anunciou, para os próximos dias, o início do lançamento das “medidas estratégicas”, no âmbito da continuidade do Simplifica, para a concessão de direitos fundiários.

Adão de Almeida, que intervinha ontem na 3.^a edição do Sinergia Debate, promovida pela Agência ARC- Estratégia Empresarial e Consultoria de Comunicação, disse que várias medidas foram já tomadas, como a reforma, um pouco mais antiga, para disciplinar o processo de concessão de terras no que respeita às competências.

No passado, lembrou, existia um modelo em que havia vários entes que concediam direitos fundiários, desde aqueles com responsabilidade territorial, até ministérios, em função do âmbito da sua actuação.

Naquele modelo, esclareceu, uma pessoa, se quisesse uma parcela de terreno para exploração agrícola, a partir de certa dimensão, tinha de ser o Ministério da Agricultura a fazer a concessão. Se fosse para a exploração mineira, a entidade concessionária seria o Ministério dos Recursos Minerais.

Por isso, informou que, hoje, está a ser feito um cadastro único, uma vez que houve um modelo de várias concessões, em que elas nem sempre “conversaram” e, porque há concessões atribuídas que não constam desse mesmo cadastro único, então acabou esse modelo e voltou-se a um modelo em que, no essencial, são os órgãos com gestão territorial que concedem direitos fundiários.

“No nível mais alto, a partir de certa dimensão, o Presidente da República, abaixo disso o ministro das Obras Públicas, que tem tutela do cadastro e, depois disso, são os órgãos da Administração Local, o Governo Provincial e a Administração Municipal, retirando outros ministérios do processo de concessão, o que nos vai permitir organizar melhor o cadastro”, sublinhou.

Neste âmbito, avançou que está a ser feita a recolha de todas as concessões feitas pelos sectores ao longo dos anos para permitir que o Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA), responsável sobre a matéria, possa fazer o cadastro único.

“Foi instituído o número único da parcela, para que cada parcela do terreno tenha um número para evitar sobreposições nos processos. Digamos que isso é uma parte do trabalho mais técnica, mais prévia, mas que é essencial para que tudo aconteça com alguma normalidade”, referiu.

Depois de fazer um resumo sobre as principais medidas aprovadas no âmbito do Simplifica, com incidência na melhoria do ambiente de negócios, Adão de Almeida falou de outras estratégicas que são essenciais e que estão em preparação, neste momento, com vista à continuidade e sucesso do projecto, como a questão da concessão de direitos fundiários em que, ao longo dos últimos tempos, foi feito um processo de ensaio.

Convidado a dissertar sobre os impactos do Simplifica na melhoria do ambiente de negócios em Angola, o ministro de Estado reconheceu ser um tema crítico para muitos casos, e também para o sucesso da actividade económica no país.

Sobre o impacto do Simplifica na melhoria do ambiente de negócios, Adão de Almeida começou por dizer que, ao nível do Executivo, desde 2017, foi adoptada uma agenda para a reforma do Estado, que parte de um conjunto de análises e pressupostos, com atenção voltada à actuação da Administração Pública e medidas que devem ser tomadas no domínio da sua actuação e estruturação, para que seja capaz de prestar melhores serviços aos cidadãos, no sentido geral, envolvendo também a classe empresarial.

Janela Única

Olhando para a componente “procedimento2, o ministro de Estado disse que está a ser preparada, para lançamento, a “Janela Única” com vista à concessão de direitos fundiários.

O instrumento vai ser lançado com o mesmo princípio, o de deixar de fazer com que o cidadão ou as empresas andem de instituição a instituição para aquisição de um terreno.

“Hoje, a pessoa passa por umas sete instituições: Ministério das Finanças, Governo Provincial, Administração Municipal, Ministério das Obras Públicas, enfim”, enumerou Adão

de Almeida, adiantando que, com o novo instrumento, o cidadão passa a ter um contacto único, sendo que o processo começa sempre no município.

Para tal, disse, há todo um dispositivo que tem interoperabilidade e faz com que todo o processo circule na plataforma com a envolvimento dos vários intervenientes, sem que o cidadão percorra todas as instituições.

“Portanto, isso vai permitir-nos uma abordagem diferente sobre o problema da concessão de direitos fundiários e vamos, naturalmente, ter que fazer um processo de regularização do passivo.

Temos, hoje, muitas situações de pessoas que têm posse de terreno com documentos precários, sem um documento essencial, que é o título de propriedade do terreno”, observou o ministro de Estado, para quem o novo modelo vai permitir uma abordagem diferente de vários pontos de vista, desde o tema fiscal até ao tema do cadastro.

Segundo Adão de Almeida, trata-se de uma medida que é importante aos vários pontos de vista, desde o cidadão comum, individualmente considerado às empresas, que precisam de terreno para exercer a sua actividade.

Fase de ajustamentos na área de inspecção

Outro tema que o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República considerou “muito crítico” e que neste momento está numa fase de reflexão para se ajustarem algumas medidas tomadas, tem a ver com a inspecção.

Segundo Adão de Almeida, até à última reforma, existia um modelo de dispersão das inspecções e que, em função da natureza da actividade que se desenvolve, o agente estava sujeito a múltiplas inspecções.

“Num dia vinha a inspecção da Saúde, no outro a do Comércio, depois a fiscalização do Governo Provincial, da Administração Municipal...”, exemplificou.

A primeira medida, disse, foi mudar o modelo, acabando-se com as inspecções sectoriais. Hoje, a maior parte dos ministérios já não têm um serviço de inspecção, salvo aquelas instituições muito específicas, cuja natureza da actividade continua a justificar, por exemplo, da Saúde em fazer uma inspecção num hospital.

“Foi criada uma entidade única para fazer a inspecção. Criamos a ANIESA que, no fundo, juntou as várias inspecções que anteriormente existiam. Ela está em fase de maturação e de posicionamento, próprio de uma instituição nova”, disse Adão de Almeida, ressaltando que o sistema está construído para que se tenha a ANIESA como uma instituição não tanto de inspecção, mas de regulação da acção inspectiva, e os órgãos inspectivos locais serem, esses sim, os órgãos de inspecção.

Revolução mental

Depois de quase uma hora de explanação sobre o que está a ser feito no âmbito do Simplifica com impactos em vários sectores, Adão de Almeida fez saber, em notas finais, que existe ainda um longo caminho a percorrer do ponto de vista da resposta da Administração Pública para a sua relação com o cidadão, e para com a demanda do cidadão.

Esse caminho, segundo o ministro, passa por dois aspectos essenciais, que são, por um lado, a formação das pessoas para aplicação das medidas, ou seja, formação de quadros, um domínio que deve ser investido, e por outro, a abordagem ou dimensão comportamental. (JA)++++